

ATA DA 118ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aos dez dias do mês de maio de 2023, das 10h00 às 11h30, reuniram-se em ambiente virtual os membros representantes do Conselho de Transparência da Administração Pública. O Controlador Geral do Estado Dr. Wagner de Campos Rosário abriu a sessão, cumprimentou e agradeceu a presença dos conselheiros. Dando sequência à pauta do dia, propôs a aprovação da Ata da 116ª e 117ª reunião do Conselho da Transparência, as quais foram acordadas e aprovadas por unanimidade. Informou que o Regimento Interno será pauta para a próxima reunião. Posteriormente, informou sobre a 1ª Pesquisa Sobre Percepção em Integridade Pública realizada pela CGE, a qual se encerrou no dia 01/05/2023, que contou com a participação de mais de 17 mil agentes públicos da administração estadual. O objetivo da citada pesquisa era de coletar dados relacionados à percepção dos servidores sobre os programas de integridade e demais atividades relacionadas ao tema. Além disso, que este resultado contribuirá no monitoramento e avaliação do “Programa Radar Anticorrupção” do Plano Anticorrupção, lançado em 03/05/23. Com a palavra a Conselheira Fabiana informa que os resultados da pesquisa apresentada pelo Controlador Geral estarão disponibilizados no dia 11/05/2023 no Portal da Transparência. Em seguida foram discutidas as recomendações enviadas por e-mail pelos membros do Conselho para formação de grupos de trabalho. A Conselheira Maria Inês explanou sobre as sugestões apresentadas, as quais tiveram as participações dos também Conselheiros, Edson Luiz Vismona (Suplente) e Vagner Diniz, que são: 1) Analisar o programa de transparência avaliando os nossos sites e a iniciativa que tivemos com as prefeituras que também devem disponibilizar dados de arrecadação e investimentos; 2) Retomar o contato com as secretarias para estimular e avaliar as nossas recomendações e; 3) Criar um grupo de estudos para avaliar ações de transparência na rede de ouvidorias. Com a palavra, o Conselheiro Vagner Diniz também apresentou as suas proposições, são elas: 1) Revisão do decreto do Conselho de Transparência, com especial atenção aos seguintes tópicos: processo de escolha de representantes (eleições); paridade na quantidade de membros representantes do governo e da sociedade civil; transformação de representantes da sociedade indicados pelo governo em representantes de organizações da sociedade civil; e rotatividade da presidência do Conselho, retomando a alternância com a sociedade civil; 2) Criação de GTs específicos para elaboração de propostas ao conselho, nas temáticas de dados abertos, classificação de documentos, transparência ativa do portal e sites de secretarias, política de segurança da informação, fiscalização da LAI, ações de capacitação e fomento à transparência, bloqueio de informações públicas no período eleitoral, transparência sobre cargos da administração indireta; e 3) Contratação de pesquisa para avaliar a implementação das recomendações do conselho na administração estadual. Em complemento, o Conselheiro Thiago informa que em questão ao sigilo, quase todos os documentos nesse sentido ainda são no papel. O Conselheiro Vagner defende o sigilo eleitoral e defende a ação desde que não afete a transparência e o acesso à informação. Neste contexto a Conselheira Fabiana sugere um guia de transparência ativa para o período eleitoral ou algo nesse sentido. Além disso, o Conselheiro Vagner Diniz sugere a retomada e revisão do Decreto do Conselho de Transparência, que retorne o formato original. Que a sociedade civil possa eleger seus membros representantes por meio de eleição. Conselheira Suplente Marina comentou

sobre as propostas enviadas pela Transparência Brasil são: duas propostas no tema de monitoramento da qualidade de dados públicos, tomando em consideração análise recente realizada pela organização dos dados de contratações públicas do estado de SP: 1) Elaboração semestral de relatórios descritivos construídos com base nos dados públicos para análise de completude e integridade, com finalidade de encaminhar sugestões de melhorias para os órgãos competentes; e 2) Formação de grupo de trabalho para relatar incompletude, erros e inconsistências nos dados publicamente disponibilizados. O Controlador Dr. Wagner sugere a criação de quatro (4) grupos de trabalho com proposições distribuídas em duas (2) sugestões tanto da Sociedade Civil quanto do Governo, e posteriormente encaminhadas aos membros do Conselho para votação. A Conselheira Priscila levantou a questão sobre o fortalecimento das Ouvidorias e a necessidade da Comissão de Ética e citou o Decreto nº 45.040/2000, o que foi corroborado pelo Conselheiro Florêncio. O Controlador Dr. Wagner esclareceu que a Comissão de Ética será retomada, porém a ideia é que ela seja vinculada ao Governador. A Conselheira Fabiana informa sobre a necessidade do atendimento ao Decreto nº 58.052/2012, o qual estabelece a obrigatoriedade de publicação do rol de documentos, dados e informações classificados e desclassificados nos últimos 12 (doze) meses no site do próprio órgão e no Portal da Transparência. Com a palavra o Controlador Dr. Wagner informou ainda que o debate com o conselho, montagem dos grupos e escolhas de temas acontecerá na (quinta-feira) dia quinze (15) de junho de dois mil e vinte e três (2023), às dez horas (10h00). E que por motivos de problemas técnicos a presente reunião não foi gravada. Não havendo nada mais a tratar, e sem nenhuma objeção dos Conselheiros, o Controlador Geral do Estado Dr. Wagner de Campos Rosário encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Roseli Santos Silva, secretariei e lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Controlador Geral do Estado e por todos os presentes.

CONSELHEIROS

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Controladoria Geral do Estado

- Dr. Wagner de Campos Rosário – Controlador Geral do Estado
- Dr. Roberto Cesar de Oliveira Viegas – Controlador Geral Executivo
- Fabiana Ribeiro Nogueira
- Mônica Galvonas Apuzzo Miyaura

Procuradoria Geral do Estado

- Sabrina Ferreira Novis de Moraes

Secretaria da Fazenda e Planejamento

- Florêncio Santos Penteado Sobrinho

Secretaria de Governo e Relações Institucionais

- Ana Paula Inácio da Silva

Secretaria da Justiça e Cidadania

- Priscila Gomes Del Barco
- Marcos Paulo de Oliveira

Secretaria de Gestão e Governo Digital

- Thiago Lima Nicodemo

Suporte

- Roseli Santos Silva

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação Brasileira de Ouvidorias - ABO

- Maria Inês Fornazaro

Transparência Brasil

- Marina Iemini Atoji

W3C Capítulo São Paulo

- Vagner Diniz
- Ana Eliza Duarte

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CONVIDADAS

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

- Erika Doria Romariz

Ministério Público do Estado de São Paulo

- Izabela Angélica Queiroz Fonseca

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo

- Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa

Tribunal de Justiça de São Paulo

- Luiz Correa Lima